

QUESTÃO N° 1:

Desde sua criação, o Brasil constituiu-se como um território voltado para a agricultura e, principalmente, para o latifúndio monocultor. Tal herança colonial prolongou-se ao século XIX e XX, tomando contornos diferenciados conforme chegava ao fim a escravidão e eram alteradas as relações entre patrão/empregado, bem como grande proprietário/camponês, agora desejoso de terras.

Os primeiros movimentos sociais no campo datam da República Velha, tendo o interior de São Paulo como foco e a organização de greves por imigrantes como principal consequência, embora sem grandes modificações das condições de trabalho.

No Nordeste, por sua vez, o coronelismo tornara-se um poder regional no qual o Estado dificilmente chegava a interpor, apical, ao comandar as regiões agrícolas, o coronel garantia seu "cavalariado eleitoral". Isto só começava a mudar com a subida de Getúlio Vargas ao poder, combatendo ditatorialmente o coronelismo e buscando centralizar o poder do Estado.

Apesar disso, poucas foram as mudanças sociais efetivas nos meios rurais. É possível supor que entre as décadas de 1940 e 1970, a mais efetiva conquista social no campo tenha sido a previdência. Como apertado fez Murilo de Carvalho em "Cidadania no Brasil: o longo caminho", embora a ditadura civil militar tenha representado o crescimento de direitos políticos e civis, também representou a "unificação e universalização da previdência". Embora isso tenha ocorrido com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (1966), que descontava a contribuição do trabalhador em 8% do salário, os trabalhadores rurais tiveram a previdência diferenciada através da criação do Fundo de Assistência Rural (1971), que não descontava na contribuição do salário, e que garantiu amplo apoio à ditadura no meio rural.

Nos anos 1980, com o processo de redemocratização, partidos de cunho socialista - antes na ilegalidade - retomam pautas como o grande latifúndio e a necessidade de reforma agrária. No entanto, com a industrialização e crescente desenvolvimento de centros urbanos, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, e que se observa são novas ondas migratórias vindas das áreas rurais em busca de melhores condições de vida.

Embora a Constituição de 1988 tivesse determinado novas garantias trabalhistas, como o limite inferior de um salário mínimo para aposentadorias e pensões, licença paternidade, contribuições e idade mínimas para aposentadoria - que eram menores em relação ao agricultor -, o campo permanecia como ambiente dominado pelos grandes proprietários de terra, o que contribuía para a permanência do hiato social.

A exemplo disto, José Murilo de Carvalho aponta que, em 1989, o Brasil foi considerado o país mais desigual do mundo pelo Banco Mundial. Tal desigualdade apontava para dois outros fatores determinantes: o regional e o racial. Ou seja, estados do Nordeste e Norte sofriam muito mais com a desigualdade social que os do Sul e Sudeste. Ademais, o fato de indivíduos ser ~~negros~~ de origem negra ou indígena ainda agravavam suas chances de ascensão social. O autor ainda aponta que embora o país tenha passado por períodos de crescimento econômico, como na década 1970, as taxas de desigualdade não tiveram uma tendência à redução, o que confirma que as raízes do problema não são meramente econômicas, mas também políticas e históricas.

Deste modo, observamos tímidos, embora necessários avanços sociais no meio rural, que se tornaram cada vez mais urgentes com a chegada do século XXI.

QUESTÃO N° 2:

Durante o século XV, a Península Ibérica havia provocado um esgarçamento de mundo ao encontrar terras a este do globo terrestre. Ao lançar-se no dito "Mar Tenebroso", Portugal e Espanha garantiram o poderio sobre terras que, posteriormente, seriam chamadas de Américas — uma homenagem a Américo Vesputício que, segundo relatos, foi o primeiro a se dar conta de que se tratava de uma terra recém-descoberta pelos europeus.

Neste primeiro século, pouco foi explorado do território brasileiro. Tal qual ocorreu na África, Portugal optou em explorar a região litorânea, pois, segundo Sérgio Buasque de Holanda, esta representava menor perigo em termos de ataques indígenas e de animais, além como de moléstias.

Com o desenvolvimento da agricultura logo se fez sentir a necessidade de mão de obra e, se num primeiro momento o apressamento de indígenas se fez flagrante, a religião católica em breve impulsionaria o tráfico transatlântico de escravos. Isto é, ao proibir a utilização de indígenas como escravos devido à missão evangelizadora, a Igreja Católica contribuiu para que a solução fosse buscada no além mar, na África.

Assim como o Brasil, a África era conhecida e explorada por Portugal desde o séc. XV. A construção de feitorias na costa africana permitia a criação de pontos de reabastecimento para as viagens marítimas, como também favoreceu o contato com diversos povos africanos, os quais colaboraram com a venda de escravos.

Embora a escravidão não fosse uma novidade na África — já era utilizada por reinos como o de Mali e Songhai — era a primeira vez na história global que se criavam relações es-

tratamento comercial em níveis tão alargados, provocando a desestruturação de sociedades inteiras e territórios com vácuos populacionais.

Portugal dava início, assim, a um comércio triangular que interligava Brasil, África e Europa, no qual produtos fabricados no Brasil - como a aguardente, por exemplo - eram trocados por mão de obra escrava negra que, trazida para o Brasil era vendida e contribuía para a produção de novos produtos a serem comercializados com a Europa e a África.

Alguns detalhes são dignos de apontamentos, como o transporte de mercadorias para a Europa também serem realizados pela Cia. dos Índios Ocidentais, gerando grande fonte de lucro à Holanda. Além disso, o próprio tráfico requeria se tornar um investimento tão lucrativo quanto a posse de grandes extensões de terra.

Esta dinâmica transatlântica se manteve em atividade até que, após passar pela primeira Revolução Industrial (no final do séc. XVIII), a Inglaterra passa a proibir o tráfico de escravos intercontinental. Apesar disso, o comércio transatlântico ilegal e o comércio dentro do Brasil, especialmente entre províncias fez com que a escravidão perdurasse até o fim do século XIX.

QUESTÃO N° 3:

Ao tratar do tema com uma turma de ensino básico, é necessário ter em mente: um contexto mais amplo, no qual se explique as disputas entre EUA e URSS, o caso específico de não-alinhamento (oficial) do Brasil e como tudo isso refletia no campo cultural e social.

Primeiramente, mostrar que a Guerra Fria propiciou tanto uma corrida armamentista e tecnológica (da qual a corrida espacial é um dos pontos, embora não o único), bem como a busca de áreas de influência em locais como a América, Ásia, Oriente Médio e África pode representar uma boa introdução de um contexto mais amplo.

Em contrapartida, apresentar as particularidades do caso brasileiro no pós 2ª Guerra Mundial: fim do Estado Novo e, posteriormente, ~~o assassinato de Vargas~~ o suicídio de Vargas, líder populista que já tinha botado em curso uma série de garantias sociais, como o voto feminino e os direitos trabalhistas.

A partir disso, é possível fazer um levantamento junto com os alunos dos avanços sociais reivindicados e conquistados entre os governos de Dutra e JK, tendo como referência: direitos das mulheres, direitos dos operários e dos trabalhadores rurais.

No fator cultural, é importante ressaltar o intercâmbio realizado com os EUA, os quais resultaram em representações do que seria o Brasil, seus costumes e sua gente. Representações como o Zé Carioca (pela Disney), Carmen Miranda e, mais tarde, intérpretes da Bossa Nova como Tom Jobim, ao lado de Frank Sinatra, buscaram trazer a aproximação entre as duas nações.

Por outro lado, produtos alimentícios, roupas, cosméticos, eletrodomésticos, carros, e demais bens de consumo passaram a fazer parte da vida dos brasileiros como nunca antes, in-

fluenciado pela atuação capitalista dos EUA.

Por fim, como o não-alinhamento de João Goulart acabou favorecendo o financiamento do golpe civil militar por parte dos EUA que, em 1954, já acontecera no Paraguai e ainda se estenderia pelo Brasil, Uruguai, Chile e Argentina.